

Pescadores querem transparência e fiscalização na dragagem do Porto

MP. Relatório encaminhado aos ministérios públicos aponta inúmeras reivindicações para minimizar os impactos sociais e ecológicos

Pescadores querem transparência e fiscalização na dragagem do Porto

» Instalação de sensores que possibilitem o controle de todas as operações da dragagem; acompanhamento e fiscalização de todo o roteiro da dragagem até o ponto de descarte para garantir que seja feito no lugar correto e monitoramento e controle das operações de remoção, deslocamento e descarte do material dragado.

Esses foram apenas alguns pedidos do relatório encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF) e o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) Baixada Santista, do Ministério Público Estadual (MP-SP), elaborado pelo Instituto de Pesca, através do Projeto Valoriza Pesca, e em parceria com a Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha Litoral Centro.

O envio do documento, publicado ontem com exclusividade pelo Diário do Litoral, é resultado de um levantamento realizado com pescadores e pescadoras de 23 localidades.

Foi um trabalho minucioso e realista sobre o impacto negativo que as constantes dragagens realizadas no canal do Porto de Santos e a lama produzida por elas vêm causando à pesca, principalmente à artesanal, comprometendo a fauna marinha e a saúde da população da Baixada Santista.

Os envolvidos no relatório acreditam que é preciso que os Mps vislumbrem, por intermédio de um procedimento administrativo, como um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), uma forma de compensação aos pescadores e pescadoras pela perda da área de pesca e pelos danos materiais, físicos e mentais.

Também o mapeamento de possíveis medidas compensatórias constantes em processos de licenciamento prévios; a promoção de investimento no setor pesqueiro e criação de uma taxa ambiental destinada aos pescadores e pescadoras artesanais, que deverá ser cobrada de todas as empreendimentos ou empresas para criação de um fundo coletivo.



Lama oriunda da dragagem atinge inúmeras espécies da fauna marítima, consequentemente pescadores, familiares e população

MANEJO.

Os pesquisadores e pescadores (as) solicitam ainda a análise de criação de janelas ambientais (interrupções espaço-temporais da dragagem), com redução das operações em períodos de desova dos peixes, alteração da rota e/ou áreas de exclusão de passagem da dragagem para preservação do meio ambiente.

Também querem um acordo entre empresas e pescadores para minimizar o trabalho de dragagem nos momentos

De cara: sensores; fiscalização do roteiro da dragagem; monitoramento; controle de remoção, deslocamento e descarte do material

de safra; estudo da possibilidade do "uso benéfico" ou descarte seco da lama (tratar a lama para utilizar em algo); a participação dos pescadores e pescadoras para mais transparência nos processos de licenciamento ambiental das dragagens.

Querem a criação de um sistema efetivo de comunicação social/informação das diferentes empresas presentes na área portuária com os pescadores e pescadoras e a criação de programas de cuidado com a saúde física e mental

dos pescadores afetados diretamente pelas atividades portuárias.

CONSELHO.

Para os responsáveis pelo relatório, é preciso criar um Conselho Gestor dos conflitos da área portuária, composta de representações de instituições de apoio e uma Comissão de Pescadores e Pescadoras para acompanhamento de pesquisa, estudos, análises e processos de licenciamento e para debates e mediação de conflitos.

E mais: um Portal da Transparência para que empresas coloquem todas as informações sobre os empreendimentos e seus impactos – para que todos os pescadores (as) tenham acesso e possam interagir e criar condições para que haja apoio público à preservação da pesca e do meio ambiente.

PESQUISAS ISENTAS.

O relatório propõe a promoção de estudos isentos, com o envolvimento de instituições com credibilidade e sem envolvimento nos processos de licenciamento ou atreladas às empresas atuantes na área portuária. E para que as necessidades da pesca artesanal sejam contempladas, é imprescindível que as pesquisas sejam realizadas com a participação ativa dos pescadores e pescadoras em todas as fases.

Conforme o documento, as queixas sobre a ocorrência de lama no mar ocorrem há mais de uma década, porém se intensificaram a partir da execução da dragagem de aprofundamento do canal do Porto Organizado de Santos, realizada entre 2010 e 2020.

Conforme relatados aos Mps Federal e Estadual, na Baixada Santista, o setor pesqueiro artesanal tem trazido ainda queixas relacionadas ao aumento da ocorrência de lama na costa que, segundo os relatos, tornam a atividade de risco quanto à perspectiva de êxito, reduzindo a sua viabilidade econômica na região.

Esses volumes de lama na água do mar, reconhecidos como naturais enquanto ocasionais e típicos, passaram a ser tratados como eventos diferenciados e muito mais frequentes e danosos.

O relatório informa que há registros fotográficos e em vídeos produzidos pelos pescadores por meio de telefones celulares, e enviados a instituições e instâncias gestoras para chamar a atenção sobre o problema e obter respostas e encaminhamentos que tragam, antes de tudo, explicações e perspectivas de mitigação. (Carlos Ratto)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3